



Justiça de Portugal declara Orçamento de 2013 inconstitucional e agrava crise

O Tribunal Constitucional (TC) de Portugal anunciou a ilegalidade de parte do Orçamento do Estado 2013 proposto pelo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho e aprovado no final do ano passado pela maioria da Assembleia da República.

Conforme a Agência Lusa, o TC reprovou os cortes do subsídio de férias para o funcionalismo público e para os pensionistas; e impediu a rescisão dos contratos de professores e pesquisadores universitários; assim como a criação de taxa sobre o pagamento do subsídio de doença e desemprego.

A decisão da Corte, que equivale ao Supremo Tribunal Federal (STF) no Brasil, força o governo a ter de redefinir as medidas de ajustamento econômico e rever os cortes de gastos públicos no momento que os credores externos (Fundo Monetário Internacional, Banco Central e Comissão Europeia — a Troika) aguardam o anúncio de cortes nas despesas para liberar nova prestação do empréstimo em maio.

De acordo com o canal de notícias da TV pública Rádio e Televisão de Portugal (RTP), a decisão dos 13 juízes do TC que julgaram inconstitucional quatro artigos do Orçamento terá um impacto de 1,3 bilhão de euros (cerca de R\$ 3,5 bilhões).

O presidente do Tribunal Constitucional, Joaquim Sousa Ribeiro, defendeu a decisão da Corte, em entrevista à imprensa. “A lei do Orçamento é que tem que se conformar à Constituição”; disse ao assinalar que os juízes “não são pressionáveis” e analisaram todas as normas questionadas pelo presidente da República, Aníbal Cavaco Silva; pelos partidos de oposição; pelo Provedor de Justiça e pela Associação Sindical dos Juízes Portugueses.

O [anúncio da decisão do TC que levou quatro meses de análise, era aguardada para esta sexta-feira \(5/4\)](#) e o governo já havia convocado reunião extraordinária do Conselho de Ministros para tratar do assunto neste sábado (6/4).

O governo ainda não se manifestou publicamente sobre a decisão do Tribunal Constitucional. Os líderes dos partidos, que na Assembleia da República sustentam o gabinete de Passos Coelho, disseram que a decisão deve ser estudada, mas que o país não “tem margem de manobra” diante do acordo assinado com credores externos.

Na oposição, o secretário-geral do Partido Socialista, António José Seguro, aproveitou o anúncio da decisão para criticar o primeiro-ministro e se colocar “disponível para substituir o governo”. Na opinião de Seguro, são necessários “novo governo” e “novo consenso político” e a substituição das condições de ajustamento econômico acertadas com a Troika.



A decisão da Justiça portuguesa poderá afetar a economia europeia e o humor dos mercados financeiros internacionais; como ocorreu recentemente por causa do Chipre (após o anúncio de confisco de dinheiro nos depósitos bancários) e por causa da Itália (indefinição da formação de governo após as eleições parlamentares).

Há cerca de 940 mil pessoas sem trabalho em Portugal (18% da população economicamente ativa). Na União Europeia (27 países) são 26 milhões de desempregados; desses, 19 milhões estão nos 13 países onde circula o euro. *Com informações da RTP, da Agência Lusa e da Agência Brasil.*

Date Created

06/04/2013